



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. PEDRO AIHARA)

Requer a realização de audiência pública para tratar dos impactos e os danos socioambientais do 2º Alçamento da barragem de rejeitos do complexo minerário do Sistema Minas-Rio da Anglo American no município de Conceição do Mato Dentro/MG.

Senhor Presidente,

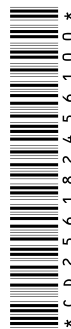
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, por esta Comissão Externa, para tratar dos impactos e os danos socioambientais do 2º Alçamento da barragem de rejeitos do complexo minerário do Sistema Minas-Rio da Anglo American no município de Conceição do Mato Dentro/MG.

Entre os convidados:

- Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG);
- Representante da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- Representante da Empresa Anglo American;
- Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab);
- Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (Feam);
- Representante da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS).

JUSTIFICAÇÃO

A presente justificativa fundamenta o requerimento para realização de audiência pública nesta Comissão Externa sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação, com o objetivo de debater os graves impactos e danos socioambientais relacionados ao projeto de 2º Alçamento da barragem de rejeitos do



* C D 2 5 6 1 8 2 4 5 6 1 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

complexo minerário do Sistema Minas-Rio, operado pela empresa Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais.

O projeto em questão prevê um alteamento de 25 metros na barragem existente, elevando sua altura de 700 para 725 metros, com prolongamento da vida útil operacional de 2031 para 2073 - um acréscimo de 42 anos de operação. Esta modificação estrutural, conforme dados do próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), resultará em um aumento significativo dos riscos e impactos socioambientais na região, especialmente considerando o histórico recente de tragédias com barragens de rejeitos em Minas Gerais.

É imperativo destacar que, segundo o EIA, as manchas de inundação em caso de ruptura serão triplicadas com o novo cenário, atingindo áreas muito além da confluência do Rio Santo Antônio com o Rio Guanhães, incluindo diversas comunidades como São José do Arrudas, Água Quente, Passa Sete e São José do Jassém. A fase de operação prevista para 49 anos contempla o armazenamento de 335 milhões de metros cúbicos de rejeito, com classificação de risco B e alto potencial de causar danos em caso de ruptura, conforme a Portaria ANM nº 70.389/2017.

O complexo minerário está inserido em região de extrema relevância ambiental, ligada à Serra do Espinhaço e outras formações como a Serra do Sapo, abrangendo cinco agrupamentos litoestratigráficos. A área está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, mais precisamente na sub-bacia do Rio Peixe, que integra o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, com Sistema Aquífero principal Itabirito/Quartzito. A região abriga dois biomas de importância nacional - Cerrado e Mata Atlântica - ambos considerados hotspots de biodiversidade mundial.

A Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento corresponde a 2.217,01 hectares, sendo 1.479,64 hectares já licenciados. Os levantamentos biológicos registraram 282 espécies de aves, das quais 5 estão ameaçadas de extinção; 22 espécies de peixes, sendo 2 ameaçadas de extinção, 2 espécies exóticas, 15 espécies endêmicas do Brasil, incluindo 3 da bacia do São Francisco e 1 endêmica do Rio Doce, além de diversas outras espécies animais de relevância ecológica.

Apresentação: 23/05/2025 14:02:19.310 - CEXMABRU

REQ n.9/2025



* C D 2 5 6 1 8 2 4 5 6 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

Apresentação: 23/05/2025 14:02:19.310 - CEXMABRU

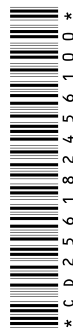
REQ n.9/2025

O RIMA identifica 37 impactos significativos distribuídos entre os meios físico (8), biótico (7) e socioeconômico (22), evidenciando a magnitude das alterações previstas. Entre os impactos ambientais mais preocupantes, destacam-se: alterações na qualidade do ar devido ao trânsito de veículos e escavação do solo; aumento dos níveis de ruído afetando fauna e comunidades locais; intensificação de processos erosivos; supressão de cavernas e impactos em comunidades cavernícolas; remoção de até 421,2 hectares de cobertura vegetal nativa; alteração de habitats terrestres com perda de áreas de abrigo e reprodução; redução da disponibilidade de alimentos para a fauna; afugentamento e risco de atropelamento de animais, incluindo espécies ameaçadas e de distribuição restrita; e mudanças significativas nas comunidades aquáticas.

É fundamental ressaltar que o relatório considerou três abordagens alternativas que aumentariam a vida útil da barragem sem necessidade de alteamento, incluindo a utilização do rejeito de modo a diminuir a quantidade a ser armazenada e alternativas de continuidade sem necessidade de barragem. Contudo, a empresa optou pela alternativa de menor custo financeiro - o alteamento da barragem existente - sem considerar adequadamente os benefícios socioambientais das outras opções tecnológicas disponíveis.

A região afetada abriga diversas comunidades tradicionais e rurais que serão diretamente impactadas pelo projeto. Conforme levantamento de 2024, as comunidades incluem: Serra de São José (16 famílias, 50 moradores), Taporoco (8 a 10 famílias, 30 moradores), São José do Arrudas (40 a 50 famílias, 130 a 150 moradores), Itapanhoacanga (350 a 400 famílias, 1300 a 2000 moradores), Gondó (aproximadamente 30 propriedades), São Sebastião do Bom Sucesso (4 comunidades, aproximadamente 122 famílias), além das comunidades à jusante como São José do Jassém e Córrego do Saraiva (aproximadamente 180 famílias, 500 residentes), Teodoro (8 famílias), Água Quente (6 a 8 famílias, 15 a 20 moradores), e Passa Sete, Gramichá e Quatis (10 famílias, 30 a 40 pessoas).

O único impacto positivo previsto pelo RIMA é o aumento na arrecadação municipal e no nível de emprego e renda, que contrasta com os diversos impactos negativos sobre a qualidade de vida, serviços, infraestrutura e comunidades do entorno. Este desequilíbrio entre benefícios e prejuízos evidencia a necessidade de uma análise



* C D 2 5 6 1 8 2 4 5 6 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

mais aprofundada e de um debate público amplo sobre a viabilidade e a sustentabilidade do projeto.

Diante do exposto, considerando a magnitude dos impactos ambientais previstos, o alto risco de desastre associado ao alteamento da barragem, a vulnerabilidade das comunidades afetadas e o histórico recente de tragédias com barragens de rejeitos em Minas Gerais, torna-se imprescindível a realização de audiência pública nesta Comissão Externa para debater o tema com a participação de representantes da empresa, órgãos ambientais, comunidades afetadas, especialistas e autoridades competentes.

A audiência pública proposta visa não apenas esclarecer os riscos e impactos do projeto, mas também discutir alternativas tecnológicas mais seguras e sustentáveis, bem como medidas efetivas de prevenção e mitigação de desastres, em consonância com os princípios de resiliência e proteção ambiental que devem nortear o desenvolvimento econômico em nosso país.

Ressalta-se que até 2031, prazo atual de operação da barragem sem o alteamento, o município de Conceição do Mato Dentro teria condições de desenvolver e consolidar o turismo como sua principal atividade econômica, considerando seu potencial como "capital mineira do ecoturismo". O alteamento da barragem, com operação prolongada até 2073, compromete seriamente esta alternativa de desenvolvimento sustentável para a região.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública, reafirmando o compromisso desta Casa com a fiscalização de empreendimentos de alto impacto socioambiental e com a prevenção de desastres em nosso país.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PEDRO AIHARA

